



POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE LEITORES(AS) NO BRASIL: PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA

CUNHA, Kátia Silva

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea – UFPE/CAA

E-mail:kscunha@gmail.com

NASCIMENTO, Cícera Maria do

Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea – UFPE/CAA

E-mail: escolitora.lp@gmail.com

236

RESUMO

Neste artigo nos propomos analisar, a partir do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), como as propostas para formação de leitores(as) de literatura, a serem desenvolvidas em contexto escolar, contribuem na promoção da cidadania plena destacada no PNLL, considerando a hegemonia da atual política educacional brasileira, pautada nos índices de desempenho. Nesse intento, a partir da revisão bibliográfica do conceito de política pública, tendo em vista que o PNLL faz parte da atual política pública de leitura do Brasil; apresentaremos o(s) conceito(s) de cidadania que emergem do PNLL para a partir, dessas definições dialogarmos com as considerações de Antônio Cândido (2004) sobre as relações da escola com o direito de acesso à literatura e com Eveline Algebaile (2009) sobre o robustecimento da escola.

PALAVRAS-CHAVE: Política pública de leitura. Plano Nacional do Livro e Leitura. Leitura em contexto escolar.

ABSTRACT

In this article we propose to analyze, from the National Book and Reading Plan (PNLL) as the proposals for formation of readers the literature, to be developed in schools, contribute to the promotion of full citizenship highlighted in PNLL considering the hegemony of the current Brazilian educational policy, based on performance indices. In this attempt, from the literature review of the concept of public policy, given that the PNLL is part of the current public policy reading of Brazil; the present (s) concept (s) of citizenship emerging from PNLL to leave, these definitions dialogue us with considerations of Antonio Candido (2004) on the school's relations with the right of access to literature and Eveline Algebaile (2009) on school toughening.

KEYWORDS: Public reading policy. National Plan for Books and Reading. Reading in schools.



INTRODUÇÃO

Objetivando ilustrar o percurso que culminou com o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), apresentaremos um breve panorama histórico da política do livro e leitura no Brasil. Destacamos que, mesmo sendo o contexto escolar, de acordo com o PNLL um espaço de destaque para a implementação das ações para formação de leitoras(es), nesse artigo, dadas as nossas intenções, não aprofundaremos as múltiplas feições tomada pela categoria leitura, no currículo escolar.

O Plano Nacional do Livro e Leitura brasileiro está inserido, no cenário da América Latina, em articulação com as pretensões econômicas e políticas que o Centro Regional para o Fomento da Leitura na América Latina e no Caribe (CERLALC) vem implementando na região desde o início da década de 1970. Tendo sua fundação financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o CERLALC representa a política dessa organização de instituir nas regiões da periferia econômica centros de referência que deveriam criar as condições necessárias para a produção e circulação da mercadoria livro.

Além da Colômbia com o CERLALC, que representaria a América Latina e posteriormente o Caribe, países como Japão, Paquistão e Camarões tiveram estimulada a criação de seus centros que, de acordo com as pretensões da UNESCO poderiam fortalecer a cooperação no campo do livro e da leitura em regiões escolhidas de acordo com afinidades idiomáticas, históricas e culturais.

Um dos argumentos apresentados pela UNESCO para justificar a urgência da criação desses centros está pautado na fala de um dos seus representantes, Émile Delavenay:

A alfabetização, para ser definitiva, deve ficar coroada pela aquisição do gosto pela leitura; mas esta aquisição não é possível se não se dispõe de um mínimo de livros que permita às pessoas recém alfabetizadas saciar sua fome exercitando seu talento... Para que não se agrave o desequilíbrio entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento, é preciso resolver rapidamente as dificuldades do acesso ao livro, que freiam os esforços de educação (LÓPEZ, 2011, p. 22).

Podemos perceber, nesse argumento, a educação e a leitura tomadas como fator de desenvolvimento humano e o não acesso ao livro como barreira para uma educação bem sucedida. Interessante destacar que, o período histórico que se instituiu o CERLALC foi



marcado pelos governos ditatoriais militares em muitos dos países da América Latina e do Caribe, logo, com regimes de controle ao acesso de bens culturais, dentre eles o livro.

Na década de 1980 se intensifica as críticas dentro do próprio CERLALC, impulsionadas por críticas externas, às políticas de incentivo ao livro, apontando-se que havia uma preponderância dos aspectos econômicos e para a necessidade do investimento social da leitura. Fruto dessas pressões, ganham corpo as ações de estímulo para que os países membros criem as suas políticas sociais para o livro, leitura e bibliotecas, tendo como marco simbólico a declaração de 2005 como o Ano Ibero-americano da Leitura. Em 2007 publicou-se o “Guia para o Desenho de Planos de Leitura”. Guia onde foram sistematizadas as experiências da Argentina, do Brasil, da Colômbia, de Cuba, do Equador, de El Salvador, da Espanha, do México e da Venezuela nas suas campanhas nacionais de criação de políticas para o livro, a leitura e as bibliotecas (LÓPEZ, 2011).

Nesse contexto, o Plano Nacional do Livro e Leitura emerge na tentativa do Estado Brasileiro apresentar respostas positivas às reivindicações não somente do CERLALC, mas também dos movimentos sociais e da sociedade civil brasileira, sendo um marco na busca de consolidação de políticas públicas de leitura no Brasil.

Resultado da parceria entre os Ministérios da Cultura e da Educação, por meio da Portaria Interministerial nº 1.442 de 10 de agosto de 2006. Nele são apresentadas ações de leitura e cultura que se propõem ressignificar as práticas sociais e culturais com o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas; nortear ações para formação de agentes de leitura; estimular o comprometimento da sociedade civil organizada; assim como, buscar estratégias para responsabilizar estados e municípios na efetivação das propostas apresentadas no documento. O documento também enfatiza a influência da leitura na construção de sociedades democráticas e no exercício da cidadania.

POLÍTICA PÚBLICA E O PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA

O Plano Nacional do Livro e Leitura não se constitui sozinho enquanto política pública, mas como um dos mecanismos pelos quais busca-se consolidar uma política pública para o livro, a leitura e as bibliotecas no Brasil. Espera-se que a partir dele sejam criadas as condições concretas para que a sociedade tenha acesso ao livro e à leitura de forma mais eficaz, sendo garantido o direito humano de ter condições de acesso a produção cultural da humanidade.



Nesse sentido partilhamos a contribuição de Ferraz (2013, p. 39), ao afirmar que: “Não é por estar inscrito na Lei que um direito se efetiva. Mas por estar na Lei, um direito abre o universo de reivindicação”. Destacamos que em contexto geral, uma política pública depois de criada independe de governos para existir. É a efetivação do plano e as ações por esse possibilitadas que dão corpo à política pública. Por isso que, conforme o grupo governamental e os interesses que enfatiza, mesmo a política existindo formalmente, não é garantia de que irá atender ao que se propõe (DIAS; MATOS, 2012). Nesse sentido assinalamos que um elemento fundamental, para que as ações que dão corpo a uma política pública se materialize, é a disponibilidade de recursos econômicos, para que, por meio desses, seja viabilizada a construção da estrutura necessária ao desenvolvimento e à efetivação dessas ações. Como por exemplo, formação de um quadro de recursos humanos capaz de planejar, encaminhar e desenvolver o aparato necessário para a ação.

No percurso da construção de uma política de leitura sólida em relação ao Plano Nacional do Livro e Leitura, a ministra da Cultura, Ana Wanzeler anunciou no dia 18 de novembro de 2014: "Estamos caminhando a passos firmes para a consolidação de uma política pública de fomento à leitura no Brasil. Em breve o Projeto de Lei do Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL), construído em diálogo com a sociedade, estará no congresso, onde deve encontrar o apoio e a agilidade que merece para a votação"¹.

Para Behring e Boschetti (2011) as políticas públicas sociais tem no Estado um dos agentes para reivindicação como direito, no entanto, as reivindicações envolvem instituições públicas e privadas permeadas pelas relações entre classes e seus segmentos.

Conforme Gomes (2011) as políticas públicas são contextualizadas nas disputas sociais para a distribuição ou transformação dos bens coletivos, mas especialmente de disputas políticas e econômicas interessadas e permeadas pela relação do Estado com as diversas forças da sociedade.

Isto significa reconhecer que em muitas formações sociais o Estado é, a partir da relação que constrói com os movimentos sociais organizados, com os grupos de interesses, com interpretação que formula das demandas sociais, políticas, econômicas e culturais e pelo lugar que ocupa na estrutura social, o núcleo imprescindível aos processos de concentração e redistribuição do poder social, a partir das políticas públicas (GOMES, 2011, p. 29).

¹ Pronunciamento realizado em evento de entrega do Prêmio Jabuti no Auditório Ibirapuera em São Paulo. Disponível em: ww.cultura.gov.br/noticias-destaques/. Acesso em 25 de novembro de 2014.



Afirmar que as políticas públicas são isentas das lutas sociais empreendidas no contexto histórico das sociedades nas quais estão inseridas é afirmar que as ações políticas são definidas de forma desinteressada, objetivamente. Essa é uma compreensão que consiste num equívoco, pois as políticas públicas estão imbricadas pelas visões de mundo e interesses dos grupos e classes que impulsionam o movimento que lhe dá corpo. Dessa forma, a abordagem que consideramos ao nos referirmos ao Plano Nacional do Livro e Leitura, contempla a compreensão de que, o PNLL é resultado da luta e articulação de diversos movimentos sociais e políticos da sociedade, conforme o próprio documento ressalta (BRASIL, 2006, p. 9). E não um texto redigido com base nos parâmetros de uma pretensa objetividade.

É nesse sentido que abordaremos a efetivação de ações de leitura em contexto escolar considerando os seguintes eixos do PNLL: democratização do acesso; fomento à leitura e a formação de mediadoras(es); enquanto princípios para o exercício da cidadania.

No entanto, a efetivação de ações que contemplem esses eixos se deparam com contradições no contexto escolar, haja vista que as políticas de cunho neoliberal que também perpassam a escola através da cobrança de índices de desempenho pautados na meritocracia e na competitividade, dificultam a criação de ambientes que possibilitem a formação de um leitor(a) crítico, tendo em vista que esse é um saber que não pode ser quantificado, muito menos em curto prazo.

Nas últimas décadas, em grande parte dos países da América Latina, dentre eles o Brasil, vem sendo desenvolvida por seus governos uma estrutura econômico-social neoliberal. No cenário desses países o que se sobressai são os altos índices de desigualdade social e econômica, a ausência da oferta de serviços públicos que garantam a efetivação dos direitos econômicos, sociais e coletivos da população e o estabelecimento de políticas sociais assistencialistas de caráter compensatório (GOHN, 2005). Nesse contexto, ao que se refere às políticas públicas de leitura, há uma legislação e planos de ação que do ponto de vista formal estão bem estruturados. Entretanto, mesmo com uma base legal e planos bem estruturados tecnicamente, a efetivação das ações marcadamente sociais e culturais por parte do poder público são inconsistentes, especialmente quando não acompanhadas pela sociedade civil organizada.



CONCEITO DE CIDADANIA NO PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA

O Plano Nacional do Livro e Leitura enfatiza a influência da leitura na construção de sociedades democráticas e no exercício da cidadania. Ao fazer referência ao papel de destaque que a biblioteca e a formação de mediadores representam para o desenvolvimento social e da cidadania, o PNLL ressalta que: “Deve haver escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores bem formados (professores, bibliotecários) e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar essa finalidade” (BRASIL, 2006, p. 16), sendo que:

O desafio de tornar a leitura literária um patrimônio de todos os brasileiros exige ações como as que o MEC vem promovendo e precisa ir além. Este é um dos sentidos do PNLL: agregar todos os esforços disponíveis para superar históricas desigualdades no acesso ao livro e à leitura, formar mediadores, estimular a produção editorial e fortalecer, na sociedade, o valor do livro como instrumento de promoção de uma vida melhor para todos e para cada um (MARQUES NETO, 2010, p. 29).

Ao assinalar a política para acesso ao livro e à formação de leitoras(es) de literatura literária que visam o contexto escolar enquanto sustentáculo para o fortalecimento da democracia e a promoção da cidadania (BRASIL, 2006), trazemos o sentido de cidadania enquanto condição de acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade e dentre esses bens o texto literário enquanto possibilidade de fruição, inclusive conforme o texto do Plano Nacional do Livro e Leitura apresenta:

A partir do ato da leitura podemos então desenvolver um certo número de operações cognitivas, hierarquizando os argumentos, comparando os enunciados, descartando idéias que pouco nos agradam, destacando outras e colocando aquelas que mais apreciamos em contato com idéias e enunciados de outros livros, de outros temas, de outros autores, de outros mundos (BRASIL, 2006, p. 2).

Conforme Pinsky, “Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço” (PINSKY, 2013, p. 9). Assim considerada, a cidadania foi tomada de múltiplos sentidos ao longo da história ocidental partindo dos hebreus até os nossos dias. Entretanto, foi a consciência histórica da desigualdade, desencadeada a partir século XVII e que impulsionou as revoluções burguesas que apresentou as condições históricas onde floresceu o conceito de cidadania que nos debruçamos na atualidade. No cerne desses movimentos estava a reivindicação por condições de vida justa,



baseada nos direitos civis e políticos. Marcos dessa postura foi a Revolução Inglesa, a Revolução Americana e a Revolução Francesa. A partir desses marcos da história ocidental o conceito contemporâneo de cidadania vem se configurando.

Portanto, a definição de cidadania, no nosso tempo, está imbricada no seio das lutas pela consolidação dos direitos sociais, que vieram à tona no século XX. Mesmo que, de acordo com o entendimento dos direitos humanos (BOBBIO, 1992), não se possa pensar na garantia de direitos quando estes são apresentados de forma fragmentada. É com o advento das pressões sociais, intensificadas no século XX, que fica marcada as condições para a consolidação da cidadania plena enquanto expressão concreta do exercício da democracia para homens e mulheres.²

Compreendemos que, a perspectiva da promoção da cidadania justificada pelo CERLALC dialoga com a perspectiva destacada no PNLL, haja vista que, o Plano constitui um dos marcos que o Centro Regional para o Fomento da Leitura na América Latina e no Caribe destaca como parte da sua política de enfrentamento aos desafios da sociedade da informação.

No que se refere à promoção da cidadania, o CERLALC se coloca como agente de incentivo e acompanhamento de projetos desenvolvidos por seus países membros “que tenham relação com a leitura e com a escrita e a liguem à autoestima, à inclusão social, à criatividade e à participação cidadã” (LÓPEZ; HOYOS, 2011, p.103). Considerando que esse discurso está a serviço dos organismos internacionais financiadores da educação enquanto mercado, além de lembrarmos que a UNESCO sendo a principal articuladora da instituição do CERLALC, como já destacado neste texto, é um desses organismos multilaterais, inferimos que um dos limites da cidadania por ela apresentada, poderia ser, a carência de conceituação clara para o termo, como justificamos anteriormente, a concepção de cidadania do CERLALC se assemelha a descrita no Plano Nacional do Livro e Leitura do Brasil.

A seguir transcrevemos um dos trechos do PNLL onde se faz referência às condições para o desenvolvimento da cidadania:

As diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores), apresentadas neste Plano, levam em conta o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização

² Termo utilizado por Jaime Pinsky que destaca: “Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.” (PINSKY; PINSKY, 2013, p.9).



social mais justa. Elas têm por base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável (BRASIL, 2006, p.8).

Nesse sentido torna-se ainda mais desafiante a efetivação da política de leitura brasileira que propõe objetivos ousados, mas ao concomitantemente está permeada de contradições. A seguir apresentamos alguns elementos que permeiam essas contradições.

O DIREITO DE ACESSO À LITERATURA

Nas últimas décadas no Brasil, programas apresentados pelo governo federal tentaram sanar o abismo que há entre a leitura literária e a escola. Dentre esses destacamos o Proler³ e Plano Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE), instaurado em 1997. Com o PNBE, o Ministério da Educação através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), investe em programas de promoção e incentivo à leitura, dando ênfase à distribuição de acervos para as escolas. Ênfase essa que compromete o acesso ao livro, até porque, diante da ausência de espaços físicos e profissionais formados para a mediação da leitura, o livro não chega a quem lhe é de direito.

De acordo com pesquisa em documentos oficiais, sobre as concepções de políticas de Biblioteca Escolar no decorrer da história da educação no Brasil, Claudia Alonso destaca que: “[...] a biblioteca escolar é considerada como um espaço privilegiado para a democratização da cultura, chamando a atenção para a necessidade de acesso e de mediação do professor e do profissional responsável por esse espaço” (ALONSO, 2007, p. 74).

No entanto, mesmo considerada oficialmente enquanto espaço privilegiado para a democratização da cultura, na maioria das vezes, as Bibliotecas Escolares são alvo da invisibilidade no contexto escolar, tendo os ensaios de desenvolvimento de alguma atividade de estímulo à leitura literária enquanto direito humano, suprimidos.

Antonio Cândido (2004), ao definir e defender o direito à literatura destaca:

³ O PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura – é um projeto de valorização social da leitura e da escrita vinculado à Fundação Biblioteca Nacional e ao MINC – Ministério da Cultura. Presente em todo o país desde 1992, o PROLER, através de seus Comitês, organizados em cidades brasileiras, vem se firmando como presença política atuante, comprometida com a democratização do acesso à leitura. Disponível em: <<http://www.bn.br/proler/index.htm>>. Acesso em: 24 de outubro de 2012.



[...] a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou a negação deles, com a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos (CANDIDO, 2004, p. 20).

Além da contradição entre a perspectiva para a formação de uma sociedade leitora, inclusive se considerando a escola enquanto organização fundamental para o sucesso desse objetivo, explicitado no PNLL e as políticas educacionais hegemônicas no Brasil, nos debruçamos na questão de que a literatura literária, sendo arte, é considerada pela escola como subversiva, pois apresenta possibilidades de instigar os sujeitos a interlocuções efetivas com o meio social, estimulando-os à criatividade e à crença de que a realidade é passível de mudança. No âmbito da instrução escolar o livro chega a gerar conflitos, porque o seu efeito transcende as normas estabelecidas, pois “[...] nas mãos do leitor o livro pode ser fator de perturbação e mesmo de risco” (CANDIDO, 2004, p. 18).

Segundo (PAIVA, 2005), a construção do prazer pela leitura literária não se dá sem uma mediação articulada. Neste caso, a mediação deve se propor ao desenvolvimento de habilidades leitoras, pois o puro discurso da leitura por prazer, pode se perder ou na complexidade do texto que distancia o leitor(a) em dado momento, ou senão pela pura falta de atrativos, desafios. Nesse sentido as ações que buscam a formação leitora consideram que “quando falamos de livro e leitura falamos, portanto, de expansões e de potencialidades” (BRASIL, 2006, p. 4). Desafio que se coloca nas ações planejadas e desenvolvidas no contexto escolar, haja vista, os elementos já destacados a respeito da instrumentalização da leitura literária que historicamente se apresenta na escola, assim como no âmbito exigências apresentadas pelas políticas educacionais hegemônicas na atualidade.

O DIREITO DE ACESSO À LEITURA LITERÁRIA E O ROBUSTECIMENTO DA ESCOLA

As políticas de cunho neoliberal que também perpassam a escola através da cobrança de índices de desempenho pautados na meritocracia e na competitividade, onde a criação de ambientes que possibilitem a formação de um leitor(a) crítico encontra resistências, tanto pelo projeto de educação que tem se firmado nas escolas, como pelo tratamento que a leitura literária recebe no contexto escolar, onde a ênfase na pedagogização dos textos aparece como



contradição em relação as possibilidades de uma leitura compromissada com a leitura do mundo e as significações que o sujeito leitor lhe confere, sendo, muitas vezes, tornada centro para execução de exercícios didáticos.

Identificamos aqui um dos indícios do que Eveline Algebaile (2009) denomina de robustecimento da escola pública. Na perspectiva da discussão que aqui apresentamos, o robustecimento concerne na responsabilização da escola pela formação de leitoras(es) que estejam aptos ao exercício da cidadania ao mesmo tempo em que a escola é chamada a atender diversas outras demandas, dentre elas os índices de desempenho, a segurança, a erradicação da marginalidade, etc.

Um elemento ilustrativo das consequências do robustecimento da escola através de diversas políticas sociais é a incapacidade física estrutural para atender as demandas das atividades, em alguns casos desarticuladas entre si, que alunas(os) têm a obrigação de participar. Nesse contexto, desenvolver ações de estímulo à formação leitora e acima de tudo a formação de leitoras(es) capazes de exercitar a leitura criticamente se apresenta como um desafio. Ainda mais quando a maioria das escolas brasileiras não dispõem de espaço físico para instalar bibliotecas⁴; profissionais com formação adequada à mediação entre os suportes de leitura e o leitor(a). Entretanto, de acordo com Demerval Saviani (2013), acessar os suportes escritos produzidos pela humanidade é pressuposto, na sociedade moderna, que se baseia em normas escritas, para o exercício da cidadania.

Pesquisas divulgadas sobre as habilidades e práticas de leitura da população brasileira,⁵ demonstram o quanto as ações que objetivam mudar esse quadro de exclusão têm que ser desenvolvidas com urgência. Essa ausência de políticas sociais efetivas que busquem a afirmação dos direitos fundamentais como o da educação e, portanto, o direito à leitura, são representativas da atual configuração política preponderante nos países capitalistas, que seguindo as orientações das agências internacionais multilaterais implantam modelos de educação de cunho neoliberal que buscam a manutenção do sistema econômico hegemônico.

⁴ Pesquisa intitulada “Avaliação das bibliotecas escolares no Brasil”, desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) publicada em 2011, traz dados quantitativos e qualitativos que ilustram um panorama das Bibliotecas Escolares no Brasil. O documento está disponível na forma impressa e também no endereço eletrônico: www.oei.es/bibliobrasil.pdf.

⁵ Dentre essas, o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), criado pelo instituto Paulo Montenegro a partir 2001; a Retratos da Leitura no Brasil que teve sua 3ª edição divulgada em março de 2012; o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) iniciado em 2000 e o qual também é utilizado como referencial para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).



As políticas educacionais concebidas nas últimas décadas do Século XX – e em desenvolvimento nesse início de Século XXI – devem ser compreendidas no âmbito das transformações econômicas, geopolíticas e culturais em curso no mundo capitalista contemporâneo. As reformas educativas implementadas atualmente, na maioria dos países da América Latina, são decorrentes portanto, do processo de reestruturação pelo qual passa o capitalismo mundial sob a égide dos princípios neoliberais (CABRAL NETO, 2007, p. 13).

A efetivação do direito humano à leitura literária, conforme fundamentamos com referência a Antônio Cândido (2004), se constitui em direito humano inalienável, por possibilitar a fruição e o sentimento de alteridade. Nessa perspectiva, contribuindo para o exercício da cidadania crítica, sendo o acesso ao suporte livro, imprescindível. Ao considerarmos, que na sociedade atual um dos suportes portadores de informações seja o objeto livro, destacamos que a Biblioteca Escolar (BE) é, na realidade brasileira, na maioria das vezes, a primeira possibilidade de acesso ao livro, não didático, que crianças e adolescentes dispõem. Assim sendo, a BE é bem simbólico de extrema importância, pois a partir das vivências oportunizadas através dela, os sujeitos poderão acessar outros meios e suportes de informação, especialmente com autonomia crítica. No entanto, para que essa premissa se efetive, compõem situação primordial na busca da construção de uma sociedade leitora e da consolidação das políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: livros, espaço físico e profissionais qualificados, que possam efetivar a mediação entre sujeitos escolares e o livro de literatura literária.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. *Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2009.

ALONSO, Claudia Maria Rodrigues. *Biblioteca escolar: um espaço necessário para leitura na escola*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, Faculdade de Educação, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL, PNLL: *Diretrizes para a política nacional do livro e leitura*. “Disponível em”, http://www.cerlalc.org/redplanes/secciones/biblioteca/directrices_brasil.pdf, 25 de maio de 2014.



BRASIL, *Avaliação das bibliotecas escolares no Brasil*. “Disponível em”, www.oei.es/bibliobrasil.pdf, 28 de novembro de 2014.

CABRAL NETO, Antônio; RODRIGUEZ Jorge. Reformas educacionais na América Latina: cenários, proposições e resultados. In: CABRAL NETO, A; CASTRO, A. M. D. A; FRANÇA, M; QUEIROZ; M. A. de (Org.). *Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais*. Brasília: Líber Livro, 2007.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *O direito à literatura e outros ensaios*. Coimbra: Angelus Novus, 2004.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. *Políticas públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas, 2012.

FERRAZ, Marcos. Estado, política e sociabilidade. In: SOUZA, A. R; GOUVEIA, A. B; TAVARES, T. M; (Org.). *Políticas educacionais: conceitos e debates*. 2. ed. Curitiba: Appis, 2013.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na América Latina na atualidade. *Revista Novamerica*. Disponível em: http://www.novamerica.org.br/revista_digital/10108/rev_emrede02.asp. Acesso em: 14 de novembro de 2013.

GOMES, Alfredo Gomes. Políticas públicas discurso e educação. In: GOMES, Alfredo Gomes (Org.). *Políticas públicas e gestão da educação*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. *Estado e políticas (públicas) sociais*. “Disponível em”, <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>, 22 de setembro de 2013.

Ideb. Índice de desenvolvimento da educação básica. Em: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. “Disponível em”, <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>, 09 de agosto de 2014.

Inaf: Indicador de alfabetismo funcional. Em: Instituto Paulo Montenegro. “Disponível em”, http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.00.00.00&ver=por, 09 de agosto de 2014.

LÓPEZ, Álvaro Garzón; HOYOS, Bernardo Jaramillo. *CERLALC: uma história de livros e integração*. Tradução: Lina Lucía Oliveira da Silva. CERLALC-UNESCO, 2011. Disponível em: http://cerlalc.org/wp-content/uploads/2013/03/40anos_Port.pdf, 22 de novembro de 2013.

MARQUES NETO, José Castilho (Org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PAIVA, A; MARTINS, A; PAULINO, G; VERSIANE, Z. (Org.). *Leituras literárias: discursos transitivos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.



Pisa. *Em: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. “Disponível em”, <http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>, 09 de agosto de 2014.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação na Brasil: abordagem histórica e situação atual. IN: *Educ. Soc.*, Campinas, v.34, n.124, jul.-set., 2013, p.723-742.

3ª edição da pesquisa retratos da leitura no Brasil. “Disponível em”, http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf, 22 de setembro de 2013.